

# jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo  
Av. Engenheiro Coetaneu Alvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1873

JORNAL DA TARDE

JÚLIO MESQUITA  
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO : FRANCISCO MESQUITA  
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto  
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita  
Ruy Mesquita  
César Tácito Lopes Costa  
José M. Homem de Montes  
Oliveiros S. Ferreira

*Economia - Brasil*

## \* 2 ABR 1990 A cobaia no laboratório

Em artigo publicado na sexta-feira passada, no **Jornal do Brasil**, o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, preocupado com os abalos de confiança provocados pela retenção no Banco Central da maior parte dos recursos financeiros das empresas e dos cidadãos determinada pelo Plano Collor, propõe que o Congresso Nacional aprove uma emenda constitucional garantindo que nos próximos 30 anos nenhum governo poderá executar um programa idêntico sem antes consultar a sociedade por meio do Congresso. O ex-ministro lembra que em quatro anos e 15 dias o brasileiro percorreu o ciclo "cruzeiro-cruzado-cruzado novo-cruzeiro" e, depois disso, vai precisar de um longo tempo de sossego para ter novamente confiança no mercado. E o que leva o ex-ministro dos governos Geisel e Figueiredo a fazer tal sugestão é a constatação de que a sociedade brasileira já não suporta mais, em termos econômicos, ser periodicamente convocada a pagar as contas do aparelho estatal. As forças sociais estão exauridas e, com isso, a economia nacional está-se depauperando a olhos vistos.

Essas observações e a proposta do professor Simonsen reabrem uma discussão que entre nós nunca é bem conduzida mas que é vital para nossa sobrevivência como nação democrática e como país que aspira a um lugar no mundo dos ricos — os limites da ação do Estado brasileiro e os parâmetros éticos que devem conduzir a ação de governantes, burocratas, e dos políticos que circulam na sua órbita. O ex-ministro Delfim Neto, num tempo em que a censura permitia que os governantes tudo dissessem, afirmava que o Estado é aético. Ao longo dos anos pudemos comprovar, no caso brasileiro, que o Estado é amoral, imoral, cínico, impiedoso. Na sua dinâmica interna para manter-se todo-poderoso, ele viola direitos consagrados, cria tragédias individuais, destrói anos e anos de trabalho, como está acontecendo agora com o programa da d. Zélia, e aconteceu antes, desde o início do ciclo a que se refere Simonsen.

Com isso, não estamos querendo dizer que estamos contra o programa de estabilização econômica. Pelo contrário, como dissemos desde o primeiro editorial dedicado a ele, reconhecemos que era preciso fazer alguma coisa de muito drástico para conter a hiperinflação em que estávamos mergulhados e que não há soluções muito diferentes das que foram apresentadas pela ministra da Economia. O que discutimos, o que nos assusta, são os métodos utilizados na sua execução, além da prepotência e da arrogância de muitos de seus planejadores e executores.

Muito mais importante para a exata compreensão do drama que estamos vivendo do que a divisão entre 90% de brasileiros pobres e 10% de brasileiros elitistas seria a divisão entre brasileiros que frequentam o poder político que se exerce por meio do comando do Estado e os brasileiros que nunca passaram por perto dele; mesmo porque, trabalhando todos os dias para viver ou sobreviver, não tiveram tempo para isso.

Essa divisão colocaria de um lado uns 6% de privilegiados habitantes do universo estatal e do outro os 94% que vivem no país que costumamos chamar de **real**, os quais não têm a mínima responsabilidade pelo descalabro de nossa situação econômico-financeira. Estes merecem o respeito de quem está chegando agora à cúpula desse poder que sempre frequentou, desde os tempos do seu avô. O presidente Collor de Mello, que fez toda sua campanha dizendo dos responsáveis pela situação calamitosa que está tentando corrigir tudo aquilo que sempre dissemos desde há três gerações, não tem o direito nem tampouco a autoridade moral para, lá do alto da pirâmide do poder que soube galgar com tanta eficiência,

olhar cá para baixo com olhares recriminatórios, acusatórios e, às vezes, até inquisitórios. Nós aceitamos os sacrifícios que nos são impostos mas repelimos as recriminações que não têm a menor procedência e que nos assustam, não porque temos medo do poder, mas porque nos fazem desconfiar de que, ainda mal-instalado no Poder, o novo presidente já se contaminou com ele, já se encantou com ele e tende a não mais discipliná-lo, reduzi-lo e purificá-lo como prometeu que faria.

Não custa repetir para quem tem tão pouca experiência de prática da democracia: nas verdadeiras democracias, essas que hoje estão consagradas como o melhor de todos os regimes tanto do ponto de vista ético quanto do ponto de vista da eficiência econômica e da justiça social, a função do governo é governar o Estado, disciplinar o Estado, limitar a ação do Estado, tornar o mais eficiente possível a ação social do Estado, para que a sociedade possa desenvolver livremente, com toda a exuberância possível, todas as suas potencialidades econômicas.

Em vez disso, nesse ciclo dramático a que se refere Mário Henrique Simonsen em seu artigo, o organismo econômico brasileiro foi transformado em cobaia para experiências de laboratório de uma pseudociência que se chama **economia política**, mas da qual retiraram o adjetivo para tentar fazer crer que se trata de uma ciência exata. Esses jovens acadêmicos chefiados pela ministra Zélia Cardoso de Mello estão, agora, no fechamento do ciclo cruzeiro-cruzado-cruzado novo-cruzeiro, agindo exatamente como os que os precederam, sem qualquer êxito, nesta nossa "Nova" República, ou seja, com o mais completo desdém por aqueles que ousam duvidar da sua infalibilidade.

Economista que se preza não lê os humanistas e, certamente, por isso os autores do Plano Collor não leram o grande ensaísta e poeta Octavio Paz, que lhes poderia ensinar que "o desenvolvimento econômico não se realiza por decreto de um César revolucionário ajudado por uma polícia poderosa e um tribunal de inquisidores; a economia é um campo, como a política e a cultura, onde se desenvolvem livremente a inteligência, o esforço e a vontade dos homens".

Na verdade, desejando todo o êxito do mundo à equipe de d. Zélia, devemos lembrar a esses rapazes que não há no mundo inteiro classe mais desmoralizada do que a dos economistas.

Nem mesmo no mundo plenamente desenvolvido, com economias estáveis, que apresentam oscilações mínimas de crescimento e de inflação, esses pseudocientistas costumam acertar mais do que errar em suas previsões. Ainda recentemente, desde que Reagan assumiu pela primeira vez o governo dos Estados Unidos, tornou-se um divertimento da imprensa norte-americana registrar quase diariamente o fracasso das previsões sobre a evolução da **reaganomics**, desmentidas desde o primeiro até o último dia dos oito anos de governo do ex-presidente. Para a maior felicidade do povo norte-americano que havia muito tempo não gozava de tanta prosperidade.

A nossa felicidade, no entanto, depende da confirmação, se não das previsões, certamente da exatidão dos cálculos de d. Zélia e seus rapazes. Temos, pois, todo o interesse em fazer o que estiver ao nosso alcance para que os cálculos se revelem corretos.

Mas não há dúvida nenhuma de que a falta de humildade, a pretensão da infalibilidade, a recusa a corrigir cálculos quando a realidade não corresponder a eles, só vão reduzir a possibilidade de a cobaia sair com vida de mais esta experiência.